

N.F. Nº - 281394.0173/23-2
NOTIFICADO - MOTOPEL MOTOS E PEÇAS LTDA
NOTIFICANTE - EDUARDO TADEU FELIPE LEMPE
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 04/12/2024

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0308-06/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. DIFERANÇA DE ALÍQUOTA. IMPOSTO PARTILHADO. APLICAÇÃO DE ALÍQUOTA DIVERSA DA PREVISTA NA EMENDA CONSTITUCIONAL 87/2015. FALTA DE RECOLHIMENTO. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE BEM PARA O ATIVO IMOBILIZADO. Acusação fiscal recai sobre o remetente, sediado em outra unidade da federação. Conforme alegações defensivas e pesquisas cadastrais, o Notificado, destinatário das mercadorias adquiridas, é inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia na condição de “NORMAL” e tem como forma de apuração do imposto o “CONTA CORRENTE FISCAL”, sendo o responsável pelo recolhimento do imposto devido pelo diferencial de alíquotas, conforme legislação vigente. Caracterizada insegurança na determinação do infrator, o que inquina de nulidade o presente lançamento. Contudo nos termos do art. 155 do RPAF-BA/99 superou-se a questão da nulidade e avançou-se para o mérito. Sujeito passivo comprovou o recolhimento do imposto exigido na ação fiscal. Infração insubsistente. Instância ÚNICA. Notificação Fiscal IMPROCEDENTE. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 19/02/2023, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 9.840,79, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 062.001.002: o remetente e/ou prestador localizados em outra unidade da federação, inclusive o optante pelo simples nacional, que não efetuou o recolhimento do ICMS em razão da aplicação de alíquota diversa da prevista na EC nº 87/15, nas saídas de mercadorias, bens e serviços destinados a consumidor final – contribuinte ou não – localizado neste estado. Enquadramento Legal: Inciso IV do art. 2º; Inciso II do § 4º do art. 2º; § 7º do art. 15 e art. 49-B da Lei 7.014/96 c/c art. 99 do ADCT da CF/88, acrescido pela EC nº 87/2015; e Convênio ICMS 93/15. Multa prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos (fls. 19/40), inicialmente reproduzindo de forma sintética o conteúdo do lançamento, para em seguida afirmar que é devidamente cadastrada neste Estado, sob Inscrição Estadual nº 38.696.675, na condição de “Normal” e forma de apuração o “Conta Corrente Fiscal”, ou seja, é Contribuinte neste Estado.

Assevera que as mercadorias, destinadas ao uso/consumo da empresa, chegaram normalmente ao estabelecimento do Impugnante, juntamente com as Notas Fiscais de nº 408716, 408717, 408718 e 408719 em março/23 e que foram devidamente registradas, tendo sido efetuado os cálculos do DIFAL, que fora recolhido no prazo legal, sob o código 0759 no dia 10/04/2023.

Com base no inciso II do §4º do art. 2º da Lei nº 7.014/96, que transcreve, repisa que é contribuinte do imposto, sendo responsável pelo cálculo e recolhimento do DIFAL, o que foi devidamente realizado, conforme documentos comprobatórios em anexo. Finaliza a peça defensiva requerendo a total improcedência do lançamento. Cabe registrar que nos autos não consta Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide, lavrada no trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor histórico de R\$9.840,79 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ICMS – DIFAL devido pelo remetente, situado em outra unidade da federação, nas operações de aquisições interestaduais, efetivadas pelo Notificado, acobertadas pelos DANFES de nº 408716, 408717, 408718 e 408719, todos emitidos em 10/03/2023. Cabendo destacar que as mercadorias adquiridas foram “PORCELANATO UGL 80x80 CM MATÉRIA GRAFITE, NCM 69072100”.

Inicialmente, cumpre destacar que a acusação fiscal recai sobre o remetente localizado em outra unidade da federação, por não ter efetuado o recolhimento do ICMS, em razão da aplicação de alíquota diversa da prevista na EC nº 87/15, nas saídas de mercadorias, bens e serviços destinados a consumidor final – contribuinte ou não – localizado neste Estado. Conquanto, o Notificado é o estabelecimento destinatário sediado no Estado da Bahia, o que inquina de nulidade o presente lançamento, nos termos do art. 18, inciso IV, alínea “a” do RPAF-BA/99, haja vista não ter sido determinado com segurança o infrator. Entretanto, nos termos do parágrafo único do art. 155 do RPAF-BA/99, não será declarada a nulidade e se avançará para a análise do mérito.

Na peça defensiva, o Defendente alega que é contribuinte do ICMS neste Estado e que recolheu, no prazo legal, o imposto referente ao diferencial de alíquota devido nas operações de aquisições acobertadas pelos DANFES de nº 408716, 408717, 408718 e 408719. Para fins de elucidação da matéria, ora debatida, cabe referenciar a legislação concernente ao tema.

A Lei nº 7.014/96 estabelece no inciso IV do art. 2º que:

“Art. 2º O ICMS incide sobre:

(...)

IV - as operações e prestações interestaduais que destinem mercadorias, bens e serviços a consumidor final localizado neste Estado, contribuinte ou não do imposto;”

Neste mesmo diploma legal, existe a seguinte previsão expressa no § 4º do art. 2º:

“§4º - Na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual caberá ao:

*I - destinatário localizado neste Estado, quando este for **contribuinte** do imposto, inclusive se optante pelo Simples Nacional;(grifos nosso)*

II - remetente e o prestador localizados em outra unidade da Federação, inclusive se optante pelo Simples Nacional, quando o destinatário não for contribuinte do imposto.”

Note-se que a Emenda Constitucional nº 87/2015 previu, conforme transcrito abaixo, que nas operações interestaduais, que destinem bens a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, caberá ao Estado de destino o ICMS DIFAL. Assim como estabeleceu que a responsabilidade pelo recolhimento correspondente ao DIFAL é do destinatário, quando este for Contribuinte do imposto.

Art. 1º Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da [Constituição Federal](#) passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 155.....

(...)

§ 2º.....

VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;

a) (revogada);

b) (revogada);

VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:

a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;

b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto; ”

No caso em tela, conforme consulta realizada no Sistema de Informações do Contribuinte – INC, o Notificado é inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia, sob o nº 038.696.675, na condição de “NORMAL”, e tem como forma de apuração do imposto o “CONTA CORRENTE FISCAL”. Cabendo salientar que, na consulta efetivada no Sistema SCOMT da SEFAZ/BA, em 07/11/2024, não consta informação de que o sujeito passivo se encontrava na condição de “DESCREDENCIADO”, quando da realização da ação fiscal.

Pertinente ressaltar que o Notificado tem como atividade principal o comércio a varejo de motociclistas e motonetas novas (CNAE 4541203) e as mercadorias adquiridas foram porcelanatos, do que se conclui que estas foram compradas sem o fito de comercialização, caracterizando o estabelecimento destinatário como consumidor final.

Por outro lado, o Contribuinte comprova nos autos, por meio de anexos da peça defensiva (fls. 31/38), que efetuou o recolhimento do ICMS DIFAL, relativo às operações de aquisições interestaduais que realizou, as quais foram objeto da ação fiscal.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 281394.0173/23-2, lavrada contra **MOTOPEL MOTOS E PEÇAS LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 13 de novembro de 2024.

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR - PRESIDENTE/JULGADOR

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR

